

Alerta Legislação nº 13, de 21 a 28 mar. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 928, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Altera a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#), que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da [Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020](#).

DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera o [Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020](#), que regulamenta a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#), para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

DECRETO Nº 10.289, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Altera o [Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020](#), para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 64.880, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a adoção, no âmbito das Secretarias da Saúde e da Segurança Pública, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus).

DECRETO Nº 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas

SECRETARIA DA SAÚDE

RESOLUÇÃO SS-40, DE 27-3-2020

Estabelece o Biobanco de Amostras Clínicas da COVID-19 do Estado de São Paulo - Biobanco COVID-19 e dá providências correlatas

RESOLUÇÃO SS - 34, DE 23-3-2020

Dispõe sobre o "Calendário de Vacinação do Programa Estadual de Imunização do Estado de São Paulo", e dá outras providências

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 59.298, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Suspende o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

DECRETO Nº 59.292, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Acrescenta parágrafo único ao artigo 20 do [Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020](#), que declarou situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
26/03/2020	<u>DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 , que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 , para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
25/03/2020	<u>DECRETO Nº 10.291, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre a execução do Centésimo Nonagésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (190PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai.
24/03/2020 (Edição extra)	<u>DECRETO Nº 10.289, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020 , para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19.
24/03/2020	<u>LEI Nº 13.981, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite de renda familiar per capita para fins de concessão do benefício de prestação continuada.
23/03/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 928, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 , que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020 . <u>DECRETO Nº 10.287, DE 20 DE MARÇO DE 2020</u> Promulga o Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o

	Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respetivos Diplomas no Mercosul e Estados Associados, firmado em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008.
21/03/2020	REPUBLICAÇÃO <u>DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020</u> (*) Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 , para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2020</u></p> <p>O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 914, de 24 de dezembro de 2019, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 26 de março de 2020</p> <p>Deputado MARCOS PEREIRA Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2020</u></p> <p>O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 915, de 27 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 26 de março de 2020</p> <p>Deputado MARCOS PEREIRA Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2020</u></p> <p>O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 917, de 31 de dezembro de 2019, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei</p>

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de março de 2020

Deputado MARCOS PEREIRA

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2020

O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 918, de 3 de janeiro de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Cria funções de confiança destinadas à Polícia Federal e extingue cargos em comissão", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de março de 2020

Deputado MARCOS PEREIRA

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2020

O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020](#), publicada no Diário Oficial da União do dia 31, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2020", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de março de 2020

Deputado MARCOS PEREIRA

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2020

O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 920, de 30 de janeiro de 2020](#), publicada no Diário Oficial da União do dia 31, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 892.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de março de 2020

Deputado MARCOS PEREIRA

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência

	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2020</u></p> <p>O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 898, de 15 de outubro de 2019, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 24 de março de 2020.</p> <p>Congresso Nacional, em 26 de março de 2020</p> <p>Deputado MARCOS PEREIRA</p> <p>Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>CASA CIVIL (CCPR)</p> <p><u>PORTARIA Nº 152, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u></p> <p>Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.</p> <p><u>PORTARIA Nº 47, DE 26 DE MARÇO DE 2020</u></p> <p>Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.</p> <p><u>PORTARIA Nº 133, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u></p> <p>Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.</p> <p>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI)</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 26 DE MARÇO DE 2020</u></p> <p>Dispõe sobre os requisitos mínimos de Segurança Cibernética que devem ser adotados no estabelecimento das redes 5G.</p> <p>↳ Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 11, DE 26 DE MARÇO DE 2020</u></p> <p>Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária.</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM)</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 25 DE MARÇO DE 2020</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Fica incorporado ao ordenamento jurídico nacional o "Regulamento Técnico do MERCOSUL sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para os Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico", aprovado pela Resolução MERCOSUL/GMC nº 80/96, na forma do Anexo a esta Instrução Normativa.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u></p>

	<p>Estabelece prazo de prorrogação das autorizações de pesca para todas as embarcações pesqueiras que tenham o seu requerimento de renovação protocolado.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 16, DE 19 DE MARÇO DE 2020</u> Altera a IN MAPA nº 6, de 3 de abril de 2012 e a IN MAPA nº 34, de 29 de novembro de 2012, para estabelecer a proibição de utilização de açúcar na elaboração do fermentado de fruta que sirva de matéria prima para a produção de fermentado acético de fruta.</p> <p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA → Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas → Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins</p> <p><u>ATO Nº 20, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> (...) dar publicidade as alterações das classificações toxicológicas dos produtos formulados agrotóxicos e afins conforme disposto abaixo: (...)</p>
<p>Ministério da Cidadania</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 337, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.788, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> Altera a Resolução nº 4.733, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre as condições de emissão de Letra Financeira por parte das instituições financeiras que especifica.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.787, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> Promove ajustes na base de cálculo do direcionamento dos recursos captados por meio de emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de que trata a Seção 7 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.786, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> Autoriza o Banco Central do Brasil a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez.</p> <p>→ Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.994, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre as operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL), de que trata a Resolução nº 4.786, de 23 de março de 2020</p> <p>CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR → Comitê-executivo de Gestão <u>RESOLUÇÃO Nº 23, DE 25 DE MARÇO DE 2020</u> Decide pela suspensão, até 30 de setembro de 2020, por interesse público, dos direitos <i>antidumping</i> aplicados às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, originárias da China, e às importações brasileiras de tubos de</p>

plástico para coleta de sangue a vácuo, originários da Alemanha, China, Estados Unidos e Reino Unido, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Encerra avaliação de interesse público sem suspensão da exigibilidade das medidas *antidumping* vigentes sobre as importações brasileiras de borrachas NBR, originárias de Coreia do Sul e França.

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Decide pela não aplicação de direito *antidumping* provisório às importações brasileiras de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, originárias da China.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PORTARIA Nº 412, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a manutenção de direitos dos segurados e beneficiários do INSS em razão das medidas restritivas no atendimento ao público para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19).

→ **Diretoria de Benefícios**

PORTARIA Nº 230, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a complementação da contribuição do segurado que, no somatório de remunerações auferidas no período de 1 (um) mês, a partir de novembro de 2019, recebe remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.928, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Revoga Instruções Normativas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

PORTARIA Nº 547, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Reconhece a oportunidade e a conveniência das medidas de gestão de que trata o art. 2º da Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020, objetivando a proteção e a contenção de contágio do coronavírus (COVID-19), no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

PORTARIA Nº 543, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Estabelece, em caráter temporário, regras para o atendimento presencial nas unidades de atendimento, e suspende o prazo para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

→ **Secretaria de Governo Digital**

	<p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77, DE 18 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre os pedidos de autorização para funcionamento de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade empresária estrangeira, bem como revoga as Instruções Normativas DREI nºs 7, de 5 de dezembro de 2013; 25, de 10 de setembro de 2014; 49, de 2 de outubro de 2018; e 59, de 15 de abril de 2019.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA → Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 9, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE → Secretaria de Políticas Públicas de Emprego <u>PORTARIA Nº 8.057, DE 20 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre o Plano de Ações e Serviços - PAS do Sistema Nacional de Emprego - Sine de que trata o inciso I do art. 6º da Resolução Codefat nº 825, de 26 de março de 2019, a ser aprovado pelo respectivo Conselho do Trabalho, Emprego e Renda - CTER.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS <u>RESOLUÇÃO Nº 383, DE 20 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre o registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.</p>
<p>Ministério da Infraestrutura</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT <u>RESOLUÇÃO Nº 5.876, DE 20 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no âmbito do serviço de transporte rodoviário de cargas.</p> <p>→ Diretoria Colegiada <u>RESOLUÇÃO Nº 5.877, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Altera a Resolução nº 5.857, de 12 de novembro de 2019, que regulamenta a comprovação de Regularidade Fiscal das Concessionárias do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das Concessionárias do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, reguladas pela ANTT</p> <p>COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 25 DE MARÇO DE 2020</u> Emite orientação aos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária, em virtude da pandemia de Coronavírus (COVID - 19).</p>
<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 149, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.</p> <p><u>PORTARIA Nº 143, DE 25 DE MARÇO DE 2020</u></p>

	<p>Dispõe sobre a possibilidade de reformulação e revisão de planos de aplicação dos recursos associados aos programas previstos no § 2º do art. 3º A da Lei Complementar nº 79, de 1994, como medida excepcional para enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19) no sistema prisional brasileiro.</p> <p><u>PORTARIA Nº 136, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Regulamenta os procedimentos e os critérios para transferência obrigatória de recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, aos fundos penitenciários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a aplicação e a prestação de contas desses recursos, nos termos do art. 3º-A da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994.</p> <p><u>PORTARIA Nº 86, DE 23, DE MARÇO DE 2020</u> Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Fundação Nacional do Índio.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 568, DE 26 DE MARÇO DE 2020</u> Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.</p> <p><u>PORTARIA Nº 561, DE 26 DE MARÇO DE 2020</u> Autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte para cuidados prolongados em atendimento dos pacientes crônicos oriundos de Unidade de Terapia Intensiva e leitos de enfermagem de hospitais de referência ao COVID-19.</p> <p><u>PORTARIA Nº 506, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Qualifica Pronto Atendimento - UPA e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados e Municípios.</p> <p><u>PORTARIA Nº 480, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 353, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> Delega ao Órgão de Vigilância Sanitária ou equivalente nos Estados e no Distrito Federal a competência para elaborar a recomendação técnica e fundamentada relativamente ao estabelecimento de restrições excepcionais e temporárias por rodovias de locomoção interestadual e intermunicipal.</p> <p><u>PORTARIA Nº 492, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u></p>

Institui a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo", voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).

PORTARIA Nº 488, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020.

PORTARIA Nº 476, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Delega competência ao Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

PORTARIA Nº 467, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#), decorrente da epidemia de COVID-19.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

– Diretoria Colegiada (DC)

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 452, DE 9 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre o Programa de Acreditação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde e Altera a Resolução Normativa - RN nº 124, de 30 de março de 2006, que dispõe sobre a Aplicação de Penalidades para as Infrações à Legislação de Planos Privados de Assistência à Saúde.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 358, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre os requisitos sanitários para a importação realizada por pessoa física pela modalidade de remessa postal, remessa expressa e bagagem acompanhada durante a pandemia do Novo Coronavírus

RESOLUÇÃO - RDC Nº 357, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020 (*)

Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em

	<p>virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2. <i>(*)N da Coejo: Republicada por ter saído no DOU de 23-3-2020, Edição Extra Nº 56-C, Seção 1, páginas 5 e 6, com incorreção.</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 352, DE 20 DE MARÇO DE 2020 (*)</u> Dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxiclороquina, azitromicina e seus sais destinados ao combate da Covid-19. <i>(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 55-G, de 20 de março de 2020, Seção 1, pág. 13, Edição Extra, com incorreção no original.</i></p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
28/03/2020	<p>DECRETO Nº 64.890, DE 27 DE MARÇO DE 2020 Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p>
27/03/2020	<p><u>DECRETO Nº 64.887, DE 26 DE MARÇO DE 2020</u> Institui Grupo Executivo para atuação conjunta da Secretaria de Governo e da Secretaria da Saúde, no âmbito da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus) e dá providências complementares</p>
25/03/2020	<p><u>DECRETO Nº 64.884, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre a cobrança de tarifa de transporte coletivo intermunicipal de policiais civis e militares do Estado de São Paulo, no contexto da pandemia COVID-19 (Novo Coronavírus)</p>
21/03/2020	<p><u>DECRETO Nº 64.880, DE 20 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre a adoção, no âmbito das Secretarias da Saúde e da Segurança Pública, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus).</p> <p><u>DECRETO Nº 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020</u> Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL

<p>Administração Penitenciária (SAP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP-45, DE 25-3-2020</u> Dispõe sobre as medidas de prevenção de contágio pelo coronavírus (COVID-19) aos estagiários, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e da Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolffmann”</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP-44, DE 25-3-2020</u> Retifica dispositivos da resolução SAP-43, de 24-03-2020, acerca da prevenção de contágio pelo coronavírus (COVID-19)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP-43, DE 24-3-2020</u> Estabelece procedimentos a serem adotados na prevenção de contágio pelo coronavírus (COVID19)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP-42, DE 24-3-2020</u> Disciplina, em caráter excepcional, medidas administrativas em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) no Estado de São Paulo, envolvendo a interposição de recursos administrativos previstos no artigo 312 e parágrafos da Lei 10.261/68, com as alterações da Lei Complementar 942/2003</p>
<p>Agricultura e Abastecimento (SAA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 22, DE 25-3-2020</u> Dispõe sobre a instituição de Grupo Técnico de Monitoramento do Abastecimento de alimentos e produtos agropecuários no Estado em razão da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAA-21, DE 24-3-2020</u> Dispõe sobre Recomendações de boas práticas nos varejões, sacolões e feiras livres do Estado em razão da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAA - 18, DE 23-3-2020</u> Dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da outras providências</p> <p><u>PORTARIA APTA-72, DE 20-3-2020</u> Estabelece procedimentos inerentes aos deslocamentos e execução de ações essenciais no âmbito da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA, em função da pandemia do Coronavírus (COVID-19)</p>
<p>Casa Civil (CC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO 5, DE 27-3-2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19, DE QUE TRATA O ART. 3º DO DEC. 64.881-2020</u> Deliberações como medidas de prevenção no âmbito da Administração estadual: Inciso único - o Comitê esclarece que, além daquelas citadas no Dec. 64.881-2020 (art. 2º, § 1º) e complementadas nas Deliberações 2 e 3, as lojas de materiais de construção, considerando que estas fornecem os produtos necessários para a realização de reparos civis emergenciais, bem como para manter o funcionamento da</p>

construção civil e indústria, ambas previstas na alínea "a", do inc. II, da Deliberação 2, de 23-3-2020, deste Comitê, não estão abrangidas pela medida de quarentena, desde que observadas normas sanitárias no contexto do Covid-19.

SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SECRETARIA DE RELACIONES INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DELIBERAÇÃO 4, DE 25-3-2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19, DE QUE TRATA O ART. 3º DO DEC. 64.864-2020

Deliberações como medidas de prevenção no âmbito da Administração estadual:

I - todas as contratações efetuadas no contexto de calamidade pública, inclusive a ocasionada pela pandemia do Novo Coronavírus, estão dispensadas de prévia aprovação por parte do Comitê Gestor do Gasto Público, nos termos do parágrafo único do art. 2º do [Dec. 64.065-2019](#), com a redação do [Dec. 64.755-2020](#);

II - todas as contratações referidas no inc. I desta deliberação devem ter sua documentação encaminhada ao Comitê Gestor do Gasto Público, no prazo de até 5 dias após a efetivação do pagamento;

III - os órgãos e entidades da Administração Pública estadual, inclusive empresas estatais, que não se caracterizem pelo funcionamento ininterrupto (conforme redação do § 1º do art. 1º do [Dec. 64.864-2020](#)) sujeitam-se ao disposto no [Dec. 64.879-2020](#), devendo, mediante ato próprio, disciplinar o funcionamento de suas atividades de acordo com a essencialidade destas últimas;

IV - todas as orientações necessárias para órgãos e entidades da Administração Pública estadual, sobre medidas de segurança sanitária no contexto da pandemia do Novo Coronavírus, inclusive sobre a transmissibilidade do COVID-19, devem ser obtidas junto à Secretaria de Estado da Saúde, que, sem prejuízo de sua atuação, as compartilhará com este Comitê, para conhecimento e divulgação;

V - o disposto no inc. IV desta deliberação aplica-se às concessionárias e permissionárias de serviço público;

VI - no caso de oferta de doação de bens e serviços em favor de órgãos e entidades da Administração Pública estadual, deverão estes últimos indicar que o encaminhamento se dê pelo seguinte endereço eletrônico: doacaodebens@sp.gov.br;

VII - não é lícito aos Municípios atuar de forma isolada na adoção de medidas de controle de tráfego em rodovias interestaduais e intermunicipais, tendo em vista a competência concorrente do Estado e dos Municípios em tal matéria.

SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SECRETARIA DE RELACIONES INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Retificações

Do D.O. de 24-3-2020

Na deliberação 2, de 23-3-2020, ... no inciso II, leia-se como segue e não como constou:

II - o Comitê esclarece ainda que, além daquelas citadas no Decreto nº 64.881/2020 (art. 2º, § 1º),

Do D.O. de 25-3-2020

Na deliberação 3, de 24-3-2020, ... no inciso I, leia-se como segue e não como constou:

I - o Comitê esclarece que, além daquelas citadas no Decreto nº 64.881/2020 (art. 2º, § 1º)...

DELIBERAÇÃO 3, DE 24-3-2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19, DE QUE TRATA O ART. 3º DO DEC. 64.864-2020

Deliberações como medidas de prevenção no âmbito da Administração estadual:

I - o Comitê esclarece que, além daquelas citadas no [Dec. 64.864-2020](#) (art. 2º, § 1º) e complementadas na Deliberação 2, de 23-3-2020, as seguintes atividades essenciais não estão abrangidas pela medida de quarentena:

- a) estacionamento e locação de veículos;
- b) comercialização de suplementos alimentares, desde que no âmbito de que trata o item 2 do § 1º do art. 2º do [Dec. 64.881-2020](#).

RODRIGO GARCIA

Secretário de Governo

JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA

Secretário da Saúde

HENRIQUE MEIRELLES

Secretário da Fazenda e Planejamento

PATRÍCIA ELLEN DA SILVA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

MARIA LIA P. PORTO CORONA

Procuradora Geral do Estado

DELIBERAÇÃO 2, DE 23-3-2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19, DE QUE TRATA O ART. 3º DO DEC. 64.864-2020

Deliberações como medidas de prevenção no âmbito da Administração estadual:

I - o Comitê esclarece que, à luz do [Dec. 64.881-2020](#):

- a) a medida de quarentena atinge unicamente o atendimento presencial ao público de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço;
- b) no caso de bares, lanchonetes, restaurantes e padarias, inclusive quando funcionando no interior de supermercados, admite-se o atendimento presencial ao público, estando vedado apenas o consumo local;

II - o Comitê esclarece ainda que, além daquelas citadas no [Decreto 64.864/2020](#) (art. 2º, § 1º), as seguintes atividades essenciais não estão abrangidas pela medida de quarentena:

- a) construção civil e estabelecimentos industriais, na medida em que não abrangam atendimento presencial ao público;
- b) serviços de entrega ("*delivery*") ou "*drive thru*" de quaisquer estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviço;
- c) clínicas veterinárias e estabelecimentos de saúde animal ("*pet shops*");
- d) integralidade da cadeia de abastecimento e logística envolvendo a produção agropecuária e a agroindústria, incluindo transporte de

	<p> pessoas e de produtos, armazenamento, processamento, beneficiamento, manutenção, comercialização, distribuição e fornecimento de produtos, equipamentos e insumos e a industrialização de produtos agrícolas, químicos e veterinários; e) transporte coletivo e individual de passageiros, de caráter local, intermunicipal ou interestadual; f) atividades dos demais Poderes do Estado e seus órgãos autônomos, bem como da Administração Pública dos Municípios, observados seus atos próprios; III – questões relacionadas ao isolamento de servidores em razão de prévio contato com pessoas atingidas pelo Novo Coronavírus – COVID-19 sujeitam-se às normas e orientações do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde; IV – a decretação de quarentena levada a efeito pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, na medida em que objetivou conferir tratamento uniforme a restrições direcionadas ao setor privado estadual, prevalece sobre normas em sentido contrário eventualmente editadas por Municípios. (...) </p>
<p> Cultura e Economia Criativa (SEC) </p>	<p> GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC-13, DE 20-3-2020</u> Dispõe sobre a adoção de medidas de caráter temporário e emergencial de prevenção de contágio pelo Coronavírus (COVID-19) e estabelece procedimentos e rotinas nas atividades administrativas no âmbito da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo </p>
<p> Desenvolvimento Econômico (SDE) </p>	<p> FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIVESP) <u>COMUNICADO</u> Edital de Chamamento 02/2019 - Estipulação da Ordem de Convocação dos Conteudistas Credenciados para Prestação de Serviços no Primeiro Semestre de 2020 <u>COMUNICADO</u> Edital de Chamamento 02/2019 – Resultados do Sorteio de Estipulação da Ordem de Convocação dos Conteudistas Credenciados para Prestação de Serviços no Segundo Semestre de 2020, conforme publicado no D.O. de 25 março de 2020 <u>PORTARIA UNIVESP – PR - 19, DE 23-03-2020</u> Estabelece medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o coronavírus, causador da Covid-19, no âmbito da Univesp O Presidente da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp, ad referendum do Conselho Técnico Administrativo, e no uso de suas atribuições estatutárias; </p>
<p> Desenvolvimento Social (SEDS) </p>	<p> CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO (CEI) <u>DELIBERAÇÃO - 2, DE 19-3-2020</u> Dispõe sobre autorização de suspensão temporária na execução dos Projetos em execução do Edital de Chamamento Público do Conselho Estadual do Idoso 01 SEDS/CEI/2016 </p>

	<p><u>DELIBERAÇÃO - 1, DE 20-3-2020</u> Dispõe sobre as atividades do Conselho Estadual do Idoso, em função dos procedimentos a serem adotados na prevenção de contágio pelo Coronavírus – Covid 19</p>
<p>Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDPCD - 02, DE 26-03-2020</u> Dispõe sobre o regime de teletrabalho, em caráter excepcional e temporário, de servidores da Secretaria da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo - SEDPCD</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDPCD - 1, DE 21-03-2020</u> Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao coronavírus (Covid-19) no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo - SEDPCD</p>
<p>Educação (SE)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC-33, DE 27-3-2020</u> Detalha as atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, do Departamento de Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, do Departamento de Atendimento Especializado, ambos da Coordenadoria Pedagógica, e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC-32, DE 25-3-2020</u> Dispõe sobre procedimentos e condições para retirada e utilização dos alimentos em redes conveniadas com fornecimento descentralizado e unidades escolares com fornecimento centralizado em razão da suspensão das aulas como medida de prevenção do contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE-31, DE 23-3-2020</u> Regulamenta o pagamento do Auxílio de Avaliação Educacional - AAE no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC-30, DE 20-3-2020</u> Dispõe sobre o funcionamento das unidades escolares, como medida preventiva ao novo Coronavírus (Covid-19), e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC-29, DE 20-3-2020</u> Estabelece diretrizes para a organização e funcionamento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA em classes multisseriadas, e dá providências correlatas</p>
<p>Esportes</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA SESP-02, DE 26-3-2020</u> Dispõe sobre condições de teletrabalho, visando as medidas temporárias de prevenção ao contágio e à transmissão do Covid-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Secretaria de Esportes</p> <p><u>RESOLUÇÃO SESP-03, DE 26-3-2020</u> Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao coronavírus (Covid-19) no âmbito da Secretaria de Esportes</p>

**Fazenda e
Planejamento
(SFP)**

GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)

RESOLUÇÃO SFP 25, DE 20-03-2020(*)

Dispõe sobre a suspensão das atividades da Secretaria da Fazenda e Planejamento, nos termos do [Decreto 64.879, de 20-03-2020](#)

(*) *Republicado por ter saído incompleto*

RESOLUÇÃO SFP - 28, DE 25-3-2020(*)

(...)

Artigo 1º - Ficam autorizados os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, da Secretaria da Saúde realizar as inspeções médicas para fins de ingresso, de que trata o inciso I do artigo 5º, do [Decreto 29.180, de 11-11-1988](#), em candidatos nomeados para cargos no âmbito daquela Pasta.

(...)

(*) *Republicado por conter incorreção*

RESOLUÇÃO SFP-27, DE 24-3-2020

Dispõe sobre a suspensão da obrigatoriedade do cadastramento dos beneficiários que especifica

RESOLUÇÃO SFP-26, DE 23-3-2020

Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do **novo coronavírus** (Covid-19)

RESOLUÇÃO SFP - 24, DE 20-03-2020

Dispõe sobre medida relacionada ao [Decreto 64.864, de 16-03-2020](#)

(...)

Artigo 1º -A constatação de que trata o artigo 7º-B da Resolução SF. 43, de 10-04-2018, relativamente ao período em que vigorarem as medidas previstas nos Decretos [64.862, de 13-03-2020](#) e [64.864, de 16-03-2020](#), será realizada após o término da vigência das referidas medidas, em data a ser oportunamente estabelecida pelo Secretário da Fazenda e Planejamento.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO SFP -23, DE 20-03-2020

Dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento

RESOLUÇÃO SFP - 21, DE 20-3-2020

Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)

COMUNICADO CAF-G - 4, DE 19-3-2020

Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de fevereiro de 2020

→ **Contadoria Geral do Estado (CGA)**

→ Centro de Análise Contábil e Informações

	<p>GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA <u>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</u> ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020 – 1º. BIMESTRE (...)</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CAT-34, DE 25-3-2020(*)</u> Dispõe sobre o atendimento não presencial, por meios remotos de prestação de serviços, no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) (*) Republicado por conter incorreções</p> <p><u>PORTARIA CAT-28, DE 19-3-2020 (REPUBLICADO *)</u> Disciplina os procedimentos a serem adotados por contribuintes do ICMS, relativamente ao estoque de mercadorias, em razão da exclusão ou inclusão no regime da substituição tributária com retenção ou pagamento antecipado do imposto (*) Republicado por conter incorreções</p> <p><u>PORTARIA CAT 33, DE 20-3-2020</u> Dispõe sobre a concessão de parcelamento de débitos fiscais não inscritos em dívida ativa relativos ao Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, nas hipóteses de transmissão "causa mortis" ou doação realizadas no âmbito administrativo, e estabelece demais providências</p> <p><u>PORTARIA CAT-32, DE 20-3-2020</u> Altera a Portaria CAT 15/03, de 06-02-2003, que disciplina o cumprimento das obrigações acessórias e os procedimentos administrativos relacionados com o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV - 129, DE 23-03-2020</u> Disciplina a fixação de teletrabalho em caráter excepcional aos empregados da autarquia considerando o reconhecimento do estado de calamidade pública pelo decreto 64.879/2020, bem como a determinação de férias compulsória para os demais empregados não contemplados</p>
<p>Governo (SG)</p>	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) <u>PORTARIA ARTESP - 39, DE 24-03-2020</u> Revoga a Portaria Artesp 37, de 16-03-2020, e estabelece novas medidas temporárias de prevenção ao coronavírus (Covid-19) no âmbito da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – Artesp</p> <p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-973, DE 26-03-2020</u> Dispõe sobre medidas emergenciais a serem implementadas pelas concessionárias de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo, em caráter extraordinário, para auxiliar no combate a</p>

	<p>disseminação do Covid-19 e seus efeitos</p> <p><u>DELIBERAÇÃO ARSESP-971, DE 25-3-2020</u> Dispõe sobre a atualização do Custo Médio Ponderado do gás e do transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas e sobre as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Natural São Paulo Sul - Naturgy</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) → Gabinete da Presidência</p> <p><u>PORTARIA DETRAN-SP - 110, DE 23-03-2020</u> Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção ao novo coronavírus (Covid-19), no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP e dá outras providências</p> <p>FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO (FUSSP) → Chefia de Gabinete</p> <p><u>PORTARIA FUSSP/GP - 8, DE 23-3-2020</u> Dispõe sobre a adoção de medidas de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio decorrente da pandemia do Covid-19, que atinge o Estado de São Paulo e dá providências correlatas</p> <p><u>PORTARIA FUSSP/GP - 7, DE 20-3-2020</u> Dispõe sobre a adoção de medidas de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas</p>
<p>Habitação (SH)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SH - 2, DE 24-03-2020</u> Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao coronavírus (Covid-19) no âmbito da Secretaria de Estado da Habitação – SH</p>
<p>Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA-27, DE 25-3-2020</u> Dispõe sobre a isenção do pagamento de outorga mensal aos permissionários prestadores de serviços de lazer, alimentação e estacionamento, junto aos Parques Urbanos, sob a gestão da Coordenadoria de Parques e Parcerias - CPP, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente</p> <p><u>RESOLUÇÃO SIMA-26, DE 24-3-2020</u> Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar, ditados pela Lei Estadual 11.241, de 19-09-2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual 47.700, de 11-03-2003</p> <p><u>RESOLUÇÃO SIMA - 24, DE 23-3-2020</u> Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SMA 51, de 31-05-2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental</p> <p><u>RESOLUÇÃO SIMA-23, DE 20-3-2020</u></p>

	<p>Determina o fechamento até 30-04-2020, dos parques estaduais e de outras áreas que também estejam sob a administração dos órgãos e/ou entidades vinculadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente</p>
<p>Justiça e Cidadania (SJC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SJC - 80, DE 27-3-2020</u> Dispõe sobre a composição do Grupo de Trabalho para estruturar, executar e divulgar a Campanha de Prevenção da Gravidez na Adolescência no âmbito das Secretarias da Justiça e Cidadania, da Educação e da Saúde</p> <p><u>RESOLUÇÃO SJC-85, DE 24-3-2020</u> (*) Dispõe sobre o regime de teletrabalho, em caráter excepcional e temporário, de servidores da Secretaria da Justiça e Cidadania (*) <i>Republicado na íntegra por ter saído com incorreções</i></p>
<p>Logística e Transportes (SLT)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SLT 007, DE 26-03-2020</u> Dispõe sobre o regime de teletrabalho, em caráter excepcional e temporário, de servidores da Secretaria de Logística e Transportes</p> <p><u>RESOLUÇÃO SLT-6, DE 19-3-2020</u> Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao coronavírus (Covid-19) no âmbito da Secretaria de Logística e Transportes - SLT</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE-11, DE 26-3-2020</u> Dispensa a análise pelas Consultorias Jurídicas de processos e expedientes relativos a contratações diretas fundadas no artigo 4º, caput, da Lei Federal 13.979/2020</p> <p><u>RESOLUÇÃO PGE - 10, DE 23-3-2020</u> Regulamenta, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, a suspensão das atividades de que tratam os artigos 2º e 3º do Decreto 64.879, de 20-03-2020(*) (*) <i>Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</i></p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 41, DE 27-3-2020</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, a serem destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – Covid 19 e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS-40, DE 27-3-2020</u> Estabelece o Biobanco de Amostras Clínicas da COVID-19 do Estado de São Paulo - Biobanco COVID-19 e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 38, DE 25-3-2020</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes a Portaria GM/MS</p>

480, de 23-03-2020, publicada em 25-03-2020, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – Covid-19 e dá providências correlatas

RESOLUÇÃO SS - 37, DE 25-3-2020

Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes a Portaria GM/MS 395, de 16-03-2020, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – Covid 19 e dá providências correlatas

RESOLUÇÃO SS - 36, DE 23-3-2020

Aprova o teor da nova minuta de Contrato de Gestão para formalizar as parcerias com Organizações Sociais de Saúde, visando o gerenciamento de unidades assistenciais de saúde e dá outras providências

RESOLUÇÃO SS - 34, DE 23-3-2020

Dispõe sobre o “Calendário de Vacinação do Programa Estadual de Imunização do Estado de São Paulo”, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SS - 33, DE 23-3-2020

Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Plano Estadual de Apoio à Desinstitucionalização de pessoas internadas há mais de um ano nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SS-32, 20-03-2020

Dispõe sobre as diretrizes para manejo e seguimento dos casos de óbito no contexto da pandemia COVID-19 no Estado de São Paulo

RESOLUÇÃO SS – 30, DE 19-3-2020

Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, como incentivo aos municípios relacionados, para o combate ao *Aedes aegypti* na “Linha de cuidado e rede de assistência para Dengue” e dá providências correlatas

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD)

PORTARIA Nº 011 - GC, DE 20-03-2020

Institui o Grupo Técnico Estadual de Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal - GTVO

→ Centro de Vigilância Sanitária (CVS)

PORTARIA CVS-3, DE 23-3-2020

Posterga em caráter excepcional, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – Sevisa, o prazo para renovação de licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, e dá providências correlatas

**Segurança
Pública (SSP)**

GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)

PORTARIA CG - 9, DE 23-3-2020

Dispõe sobre a implantação no âmbito desta Secretaria da Segurança Pública de expediente reduzido, em razão da pandemia

	<p>do Covid-19</p> <p><u>RESOLUÇÃO SSP-26, DE 20-3-2020</u> Dispõe sobre as diretrizes para manejo e seguimento dos casos de óbito no contexto da pandemia COVID-19 no Estado de São Paulo</p> <p>POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) → Delegacia Geral de Polícia Dr. Maurício Henrique Guimarães Pereira (DGP)</p> <p><u>PORTARIA DGP-17, DE 26-3-2020</u> Estabelece os modelos e as características da carteira de identidade funcional e dos distintivos dos policiais civis e dá providências correlatas</p> <p>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMESP) → Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado</p> <p><u>PORTARIA CBPM – 5, DE 23-3-2020</u> Estabelece regras específicas para o pessoal próprio e colaboradores terceirizados da CBPM em razão do disposto nos Decretos n. 64.864/20, de 16Mar20, e 64.879/20, de 20Mar20</p> <p>→ Corpo de Bombeiros → →Comando do Corpo de Bombeiros (CCB)</p> <p><u>PORTARIA CCB – 14/800, DE 24-3-2020</u> Dispõe sobre a adoção, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), em relação ao processo de regularização das edificações e áreas de risco e ao Serviço de Segurança contra Incêndio</p>
<p>Transportes Metropolitanos (STM)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM - 37, DE 25-03-2020</u> Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção ao Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA STM/SMT-36, DE 24-3-2020</u> Institui plano de operação monitorada dos sistemas de transporte público coletivo de passageiros, para prevenir a propagação do novo Coronavírus</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA STM/SMT - 35, DE 20-3-2020</u> Medidas que serão adotadas a partir de 23-03-2020, para prevenir a disseminação do vírus Covid-19 (novo Coronavírus) entre os usuários de transportes coletivos</p>
<p>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR 41/2020, DE 25-03-2020</u> Dispõe sobre o calendário escolar e a adaptação das disciplinas dos Cursos Técnicos e Ensino Médio para atividades não presenciais em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19)</p> <p><u>RESOLUÇÃO GR - 38, DE 24-03-2020</u> Dispõe sobre procedimentos administrativos para aquisição de bens,</p>

	<p>serviços e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus (Covid-19) na UNICAMP</p> <p><u>RESOLUÇÃO GR - 37, DE 24-03-2020</u> Dispõe sobre o calendário escolar e a adaptação das disciplinas da Pós-Graduação para atividades não-presenciais em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19)</p> <p><u>RESOLUÇÃO GR - 35, DE 24-03-2020</u> Dispõe sobre o calendário escolar e a adaptação das disciplinas da Graduação para atividades não presenciais em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19)</p> <p><u>RESOLUÇÃO GR - 34, DE 23-3-2020</u> Dispõe sobre medidas complementares à Resolução GR 24/2020, em virtude da quarentena decretada no Município de Campinas e no Estado de São Paulo pandemia do Coronavírus (Covid-19)</p> <p><u>RESOLUÇÃO GR- 33, DE 20-03-2020</u> Suspensão excepcional dos prazos para defesa de dissertação ou tese no âmbito dos programas de Pós-graduação diante a pandemia de coronavírus</p> <p><u>RESOLUÇÃO GR- 32, DE 20-03-2020</u> Dispõe sobre alteração de procedimentos de matrícula para as últimas vagas do Vestibular Unicamp 2020 em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19)</p> <p><u>RESOLUÇÃO GR-29 DE 18-03-2020</u> Dispõe sobre a interrupção gradativa das atividades na DEdIC e a concessão do auxílio criança para profissionais da área de saúde em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid19)</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO 7.945, DE 27-3-2020</u> Dispõe sobre o uso excepcional de videoconferência pelos órgãos colegiados da USP e sobre a realização de eleições durante o período de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus</p> <p>→ Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Graduação (PRG)</p> <p><u>RESOLUÇÃO COG-7944, DE 25-3-2020</u> Estabelece normas e programas das matérias objeto de avaliação para a etapa de Pré-seleção de candidatos que desejam transferência para cursos de graduação da Universidade de São Paulo (USP), no 2º semestre de 2020 e no 1º semestre de 2021, e estabelece normas gerais para a segunda etapa do exame</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>PORTARIA UNESP - 122, DE 27-3-2020</u> Define as diretrizes para o desenvolvimento e a adaptação das disciplinas da Graduação para atividades não presenciais em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19)</p> <p><u>PORTARIA UNESP-121, DE 27-3-2020</u></p>

	<p>Dispõe sobre a criação e a constituição do Comitê Científico Covid-19</p> <p><u>PORTARIA UNESP-120, DE 25-3-2020</u></p> <p>Dispõe sobre a tramitação de documentos na Unesp durante o período de suspensão das atividades em virtude da pandemia da Covid-19</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL, DE 24-3-2020</u></p> <p>Dispõe sobre medidas de organização e otimização administrativa, bem como de manutenção do equilíbrio orçamentário-financeiro da Defensoria Pública, em virtude da pandemia do Covid-19</p> <p><u>ATO NORMATIVO DPG - 175, DE 22-3-2020</u></p> <p>Dispõe sobre o atendimento remoto a ser prestado pela Defensoria Pública do Estado, aos seus usuários, durante o período de pandemia do Covid-19</p> <p>PRIMEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO DA 1ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, DE 23-3-2020</u></p> <p>Regulamenta o atendimento remoto prestado pelos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado, aos seus usuários, durante o período de pandemia do Covid-19 (novo Coronavírus).</p> <p>SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO CONJUNTO DA SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO E DO TERCEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO 39, DE 22-3-2020</u></p> <p>Regulamenta o atendimento remoto prestado pelas Unidades da Defensoria Pública do Estado, aos seus usuários, durante o período de pandemia do COVID-19 (novo Coronavírus)</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>28/03/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 172, DE 2020</u></p> <p>Obriga a suspensão do funcionamento e a cobrança de tarifas de pedágio nas rodovias paulistas pelo período de vigência dos Decretos 64.881, de 22 de março de 2020; e 64.879, de 20 de março de 2020. DOE, Legislativo, 28/03/2020, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 171, DE 2020</u></p> <p>Assegura o pagamento de valor mensal aos professores eventuais, durante o fechamento da rede pública de ensino, em decorrência da pandemia do coronavírus – Covid-19. DOE, Legislativo, 28/03/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 170, DE 2020</u></p> <p>Garante abono de falta ao trabalho aos servidores e funcionários públicos estaduais afetados pelo surto de coronavírus - covid-19. DOE, Legislativo, 28/03/2020, p. 4</p>

PROJETO DE LEI Nº 169, DE 2020

Dispõe sobre a internação de pacientes infectados pela covid-19 na rede privada de hospitais, quando requerido por médico credenciado ao sistema único de saúde, em caso de inexistência de vaga na rede pública.

[DOE, Legislativo, 28/03/2020, p. 4](#)

PROJETO DE LEI Nº 168, DE 2020

Dispõe sobre a suspensão temporária de cobrança de pedágio durante o estado de calamidade pública, nos moldes do [Decreto n. 64.879](#).

[DOE, Legislativo, 28/03/2020, p. 4](#)

PROJETO DE LEI Nº 167, DE 2020

Determina a isenção para o pagamento dos serviços públicos das concessionárias de água/esgoto e energia elétrica, em relação aos templos religiosos, durante o período de pandemia de corona vírus, no âmbito do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 28/03/2020, p. 4](#)

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2020**

Revoga o art. 2º do [decreto 64.880/20](#), que dispõe sobre a adoção, no âmbito das Secretarias da Saúde e da Segurança Pública, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus)

[DOE, Legislativo, 28/03/2020, p. 5](#)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2020

Susta os efeitos da Portaria SSP26, que complementa o [decreto 64880, de 20 de março de 2020](#), que dispõe sobre as diretrizes para manejo e seguimento dos casos de óbito no contexto da pandemia COVID-19 no Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 28/03/2020, p. 5](#)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020

Susta os efeitos da Portaria SS32, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para manejo e seguimento dos casos de óbito no contexto da pandemia COVID-19 no Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 28/03/2020, p. 5](#)

27/03/2020

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 166, DE 2020**

Dispõe sobre suspensão dos pagamentos das dívidas dos municípios paulistas com o estado de São Paulo durante o período de calamidade pública decretado pelo Governo do Estado em decorrência da pandemia mundial de Coronavírus (Covid-19).

[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 6](#)

PROJETO DE LEI Nº 165, DE 2020

Dispõe sobre a suspensão do pagamento das prestações referentes aos imóveis adquiridos por mutuários perante Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, bem como os casos da assunção destes valores pelo Governo do Estado de São Paulo, pelo período de calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo nos termos do [Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020](#),

decorrente da pandemia mundial de Coronavírus (Covid- 19)
[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 6](#)

PROJETO DE LEI Nº 164, DE 2020

Determina a redução em 50% (cinquenta por cento) dos subsídios dos Deputados Estaduais, Secretários de Estado, Governador e Vice-Governador do Estado de São Paulo, durante o período em que perdurar o estado de emergência na saúde pública do Estado, decorrente do novo coronavírus, vetor da covid-19.

[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 163, DE 2020

Cria o Programa de Renda Básica Emergencial Paulista, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 162, DE 2020

Dispõe sobre intervenção do Governo do Estado de São Paulo na rede privada de saúde para garantia de atendimento a casos graves de COVID-19.

[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 161, DE 2020

Isenta de cobrança de pedágio nas rodovias estaduais os veículos de propriedade de servidores e profissionais das áreas da saúde, da segurança pública e do sistema prisional, durante o período de surto de coronavírus – Covid-19.

[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 160, DE 2020

Suspende a cobrança de pedágio nas rodovias estaduais concedidas à iniciativa privada durante o período de surto de coronavírus – Covid-19.

[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 159, DE 2020

Altera a redação da [Lei nº 7.835, de 08 de maio de 1992](#), que dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos e dá providências correlatas, para vedar a interrupção da prestação de serviços públicos pelo prazo mínimo de 90 (noventa dias) a contar da publicação desta lei em decorrência da epidemia do Covid-19 (Coronavírus).

[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 158, DE 2020

Define medidas econômicas e sociais visando a mitigação dos efeitos da pandemia do novo coronavírus - COVID 19 no âmbito do Estado de São Paulo e seus Municípios.

[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 157, DE 2020

Dispõe sobre a autorização de ações concretas do Estado de São Paulo em benefícios dos Mutuários de Programas Habitacionais durante a Pandemia do Coronavírus - COVID 19.

[DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 5](#)

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2020

	<p>Reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no Município de São Paulo. DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2020</u> Reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no Município de São Paulo. DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2020</u> Reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 27/03/2020, p. 6</p>
<p>26/03/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 156, DE 2020</u> Dispõe sobre medida preventiva à propagação da infecção pelo novo coronavírus -- Covid-19 -- por meio da implementação de Plano Emergencial Intersectorial, prevendo um conjunto de medidas de proteção das pessoas em situação de rua no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 26/03/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 155, DE 2020</u> Ficam reduzidos em 70% (setenta por cento) os vencimentos dos deputados estaduais, governador, vice governador, secretários de estado, dirigentes, diretores e superintendentes de órgãos da administração pública indireta e fundacional, dos reitores das universidades públicas estaduais e dos diretores de agências reguladoras tuteladas pelo Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 26/03/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 154, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas contas de energia elétrica e dos serviços de telecomunicação pelo prazo de 90 (noventa) dias ou enquanto vigorar o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 26/03/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 153, DE 2020</u> Torna obrigatório o fornecimento de itens de proteção para os profissionais da saúde e da segurança pública, enquanto vigorar o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 26/03/2020, p. 4</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10, DE 2020</u> Reduz os valores passíveis de reembolso a título de Auxílio-Encargos Gerais de Gabinete de Deputado e Auxílio-Hospedagem por parte dos Deputados Estaduais no Estado de São Paulo no período que especifica. DOE, Legislativo, 26/03/2020, p. 6</p>

	<p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2020</u> Altera o art. 2º do decreto nº 61.466/15(*) e dá outras providências. (*) <i>Dispõe sobre a admissão, a contratação de pessoal e o aproveitamento de remanescentes na Administração direta, indireta e fundacional do Estado.</i> DOE, Legislativo, 26/03/2020, p. 6</p>
<p>25/03/2020</p>	<p>OFÍCIOS OFÍCIO São Paulo, 20 de março de 2020. <u>OFÍCIO Nº 22/2020-PREF.G</u> Senhor Presidente, Em atenção ao disposto no art. 3º do Decreto Municipal nº 59.291 de 20 de março de 2020, e no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 ("Lei de Responsabilidade Fiscal" ou "LRF"), solicito a Vossa Excelência o reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia da Covid19 declarada pela Organização Mundial da Saúde, com as consequentes dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos na Lei Municipal nº 17.152, de 31 de julho de 2019, e demais limitações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. (...) DOE, Legislativo, 25/03/2020, p. 4</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 152, DE 2020</u> Suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados, durante o período de surto de coronavírus - Covid-19. DOE, Legislativo, 25/03/2020, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 151, DE 2020</u> Cria o Programa de Renda Básica Emergencial de São Paulo. DOE, Legislativo, 25/03/2020, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 150, DE 2020</u> Autoriza a isenção temporária do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS os produtos que especifica, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 25/03/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 149, DE 2020</u> Altera a Lei n.º 17.118, de 19 de julho de 2019, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020", para garantir a possibilidade de realocação das emendas individuais para o SUS/SP quando decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência provocada por razões sanitárias ou de saúde. DOE, Legislativo, 25/03/2020, p. 4</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 10/2020 (Prestação de Contas) O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que os prazos de</p>

	<p>prestações de contas previstos em suas Instruções não foram suspensos.</p> <p>Os sistemas eletrônicos deste Tribunal estão aptos a receber os documentos e informações relativos às prestações de contas ou em decorrência de requisições.</p> <p>Eventuais dificuldades na prestação de contas em decorrência da pandemia do Coronavírus (COVID 19) serão sopesadas, levando em conta as situações concretas de cada órgão jurisdicionado.</p> <p>SDG, em 24 de março de 2020</p> <p>Sérgio Ciquera Rossi Secretário-Diretor Geral</p> <p>DOE, Legislativo, 25/03/2020, p. 10</p>
<p>24/03/2020</p>	<p>OFÍCIOS</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) GABINETE DA PRESIDÊNCIA</p> <p>(...)</p> <p>ASSUNTO: MINUTA DE DECRETO LEGISLATIVO – RECONHECIMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA. DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020. Reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. (...)</p> <p>DOE, Legislativo, 24/03/2020, p. 4</p> <p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 148, DE 2020</u></p> <p>Fica vedado, no Estado de São Paulo, o corte do fornecimento de água tratada e energia elétrica, por inadimplência, durante o período de calamidade imposto pelo Governo do Estado de São Paulo, em razão da pandemia do COVID-19. DOE, Legislativo, 24/03/2020, p. 7</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 147, DE 2020</u></p> <p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir como item na cesta básica de alimentos do empregado Público, Privado e correlatos, álcool em gel no âmbito do território do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 24/03/2020, p. 7</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2020</u></p> <p>Determina a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse e imissão na posse, despejos e remoções judiciais ou extra-judiciais enquanto medida temporária de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19). DOE, Legislativo, 24/03/2020, p. 7</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 145, DE 2020</u></p> <p>Altera a Lei n.º 7.835, de 08 de maio de 1992, que "Dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos e dá outras providências", para garantir a suspensão do pagamento e a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais. DOE, Legislativo, 24/03/2020, p. 7</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 144, DE 2020</u></p> <p>Institui políticas emergenciais relativas às condições de trabalho dos</p>

	<p>Servidores Públicos do Estado de São Paulo para a prevenção e eliminação da propagação do COVID19. DOE, Legislativo, 24/03/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 143, DE 2020</u> Reduz os subsídios dos Deputados Estaduais no Estado de São Paulo no período que especifica. DOE, Legislativo, 24/03/2020, p. 6</p>
22/03/2020	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA ATO GP Nº 05/2020 Dispõe sobre suspensão de tramitação e de prazos processuais O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, no uso de suas atribuições CONSIDERANDO o reconhecimento de estado de calamidade pública no Brasil, decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID 19), conforme classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS); CONSIDERANDO a necessidade de se assegurarem condições mínimas para exercício da atividade jurisdicional deste Tribunal, compatibilizando-a com a adoção de medidas voltadas à preservação da saúde pública; RESOLVE, em complemento às disposições constantes do Ato GP nº 04/2020 e do Comunicado GP nº 09/2020: Art. 1º Suspender, por período indeterminado, a tramitação e os prazos dos feitos de natureza jurisdicional, excetuadas representações que visem exame prévio de edital e medidas cautelares de qualquer natureza. Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. São Paulo, 20 de março de 2020. EDGARD CAMARGO RODRIGUES PRESIDENTE</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
28/03/2020	<p><u>LEI Nº 17.335, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 180/20, DO EXECUTIVO) Dispõe sobre autorização de medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços, finanças públicas e outras medidas em face da situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes do coronavírus, no âmbito do Município de São Paulo.</p> <p><u>DECRETO Nº 59.301, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, para acrescentar o artigo 15-A, que disciplina as hipóteses de doação em favor da Secretaria Municipal da Saúde, nos termos que especifica.</p> <p><u>DECRETO Nº 59.313, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u> Oficializa a Câmara de Integração Institucional, que objetiva integrar</p>

	<p>os representantes dos Poderes Constituídos e minimizar os impactos decorrentes da situação de emergência e do estado de calamidade pública resultantes da pandemia da Covid19.</p> <p><u>DECRETO Nº 59.312, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u> Altera o Anexo Único do Decreto nº 59.298, de 23 de março de 2020(*). (*) <i>Suspende o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.</i></p> <p><u>DECRETO Nº 59.311, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u> Prorroga o prazo previsto no "caput" do artigo 33 do Decreto nº 59.164, de 27 de dezembro de 2019, para protocolamento dos pedidos de regularização de edificações de que trata a Lei nº 17.202, de 19 de setembro de 2019</p> <p><u>DECRETO Nº 59.310, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u> Altera o Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado na forma do Anexo Único integrante do Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012.</p> <p><u>DECRETO Nº 59.309, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u> Delega competência ao Secretário Municipal de Justiça para autorizar a doação a entes estatais de mercadorias apreendidas pela fiscalização do comércio irregular, bem como dispõe sobre o procedimento administrativo pertinente.</p>
<p>26/03/2020</p>	<p><u>LEI Nº 17.334, DE 25 DE MARÇO DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 613/19, DO EXECUTIVO) Dispõe sobre a reestruturação e organização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.</p> <p><u>LEI Nº 17.333, DE 25 DE MARÇO DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 98/19, DO VEREADOR GILBERTO NASCIMENTO – PSC) Autoriza o funcionamento em horário noturno dos Centros de Educação Infantil e das Creches Conveniadas da rede municipal de ensino, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 59.298, DE 23 DE MARÇO DE 2020</u> Suspende o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.</p>
<p>25/03/2020</p>	<p><u>LEI Nº 17.332, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 698/19, DO EXECUTIVO) Cria o Triângulo SP, polo singular de atratividade social, cultural e turística inserido no âmbito dos perímetros do Polo de Economia Criativa Distrito Criativo Sé/República e do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista/Luz, criados, respectivamente, pelos arts. 182, § 1º, e 314, § 2º, ambos da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, com objetivo de promover a revitalização cultural, econômica e artística da área.</p> <p><u>DECRETO Nº 59.301, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, para acrescentar o artigo 15-A, que disciplina as hipóteses de doação em</p>

	favor da Secretaria Municipal da Saúde, nos termos que especifica.
21/03/2020	<u>DECRETO Nº 59.292, DE 20 DE MARÇO DE 2020</u> Acrescenta parágrafo único ao artigo 20 do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020 , que declarou situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. FAZENDA <u>EDITAL 002/20</u> Edital de notificação de lançamentos novos, revistos ou complementares dos Impostos Predial e Territorial Urbano

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107

